

Reajuste dos colégios pode seguir

O GLOBO, Sexta-feira, 7/3/86

GRANDE RIO •

o de professores

BRASÍLIA

O Secretário-Geral Adjunto do Ministério do Planejamento, Edson de Oliveira Nunes, anunciou ontem que está praticamente fechado o acordo entre o Governo e as escolas particulares para o reajuste das mensalidades. Segundo ele, a base de cálculo do reajuste das mensalidades acompanhará a média dos salários dos professores dos últimos seis meses (no caso de semestralidade) e 12 meses (para anuidade), de acordo com os índices de cada Estado. Este valor seria, então, congelado até fevereiro de 1987. A aprovação depende dos Ministérios do Planejamento e Fazenda.

Informou ainda que este cálculo permitirá uma redução do preço das



O SUPERPACOTE

mensalidades, determinado anteriormente pelo Conselho Federal de Educação (CFE) sobre o índice de 89 por cento (69 por cento pelo antigo INPC, mais 20, por cento, em fevereiro, com o sistema do IPCA). O aumento médio nacional, cairá para 49 por cento, já que o reajuste terá como base os dissídios dos professores de cada região, gerando índices diferenciados. No Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, o aumento das mensalidades deverá ser de 52 por cento.

Segundo Nunes, o acordo deverá ser firmado com os representantes de escolas privadas até o início da próxima semana. Ontem, Nunes esteve reunido com representantes do Ministério da Educação e da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Segundo o Tesoureiro da UNE, Flávio Patrício, os estudantes concordam com a fórmula sugerida pelo Governo.

Para Conselho Estadual, aumento de 20% perde efeito com novas medidas

Após a sessão plenária de ontem, o Conselho Estadual de Educação (CEE) informou em nota oficial que o aumento de 20 por cento no valor das mensalidades escolares, aprovado na semana passada, perdeu seu efeito em função das medidas econômicas decretadas pelo Governo federal. Em consequência, as escolas particulares de Primeiro e Segundo Graus não podem cobrar reajustes acima do índice de 69 por cento concedidos em dezembro.

O CEE decidiu por unanimidade adiar a discussão sobre o novovno reajuste e a forma como serão adequadas as mensalidades escolares até que o Conselho Federal de Educação (CFE) se pronuncie sobre o assunto. O conselheiro Ney Suassuna, Diretor Geral do Colégio Anglo Americano, foi recebido esta semana pelos Ministros Dilson Funaro e Jorge Bornhausen e expôs a proposta dos donos de escolas: o congelamento da semestralidade já calculada sobre o índice de 69 por cento e a sua conversão para cruzados ao valor fixo de mil cruzeiros.

O MEC, o Ministério da Fazenda e o Conselho Federal de Educação vão dar as normas para a área de Educação até a próxima segunda-feira. Nós acataremos a decisão do Governo federal — disse Ney Suassuna.

O Vice-Presidente do CEE, Ba-

Esta fórmula de reajuste — que para ser definitiva terá que passar pelo crivo dos técnicos dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda — foi acertada após dez horas de reunião entre representantes do Ministério da Educação e dos estabelecimentos de ensino particular. A reunião começou às 15h30m de quarta-feira e o acordo só foi fechado à 1h30m de ontem. O MEC examinou mais de 15 alternativas e seus técnicos cumpriram uma maratona de mais de 20 horas de reunião em três dias.

Se o acordo for aprovado, os alunos deverão receber brevemente novos carnês com mensalidades em cruzados e também um pequeno desconto, que será dividido entre as parcelas restantes, resultante da diferença das mensalidades já pagas. Este abatimento do que foi pago a mais também faz parte do acordo do MEC com as escolas particulares.

Clube não aceita a tabela diária

Um grupo de mães que mantém seus filhos nas escolinhas de esportes do Clube de Regatas do Flamengo ficou revoltado ontem com a ordem dada à tesouraria de não aceitar o pagamento dos carnês com os valores convertidos para cruzados de acordo com a tabela diária.

Maria Luíza Cunha, que tem quatro filhos na escola de natação, conversou ontem de manhã com o Presidente do Flamengo, George Helal. Segundo ela, Helal disse que os preços serão os mesmos até junho e quem não efetuar o pagamento até o dia 10 terá as matrículas canceladas.

Segundo Maria Luíza, os preços das mensalidades para a prática de esportes infantis foram reajustados em cem por cento em janeiro, passando de Cz\$ 45 para Cz\$ 90: "Por isso, acho que eles não têm necessidade de exigir o pagamento sem utilização da tabela de conversão, como determina o Governo federal."

CEE se reúne e dá nota oficial

Eis a nota divulgada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) após a reunião de ontem:

"O Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, em sessão plenária realizada no dia 6 de março, informa à opinião pública que em sessão anterior discutia proposta de deliberação alterando normas de cobrança de mensalidades, taxas, pagamento de recuperação e material escolar.

"Foi aprovado o artigo terceiro da deliberação, que modificava o referencial de cobrança de INPC para IPCA, de acordo com a resolução do Conselho Federal de Educação, sem que este Conselho, entretanto, terminasse a discussão e votação do conteúdo global da deliberação proposta.

"Em face da promulgação do Decreto-Lei federal, que reformula o sistema econômico do País, o Conselho Estadual de Educação informa que o aumento de 20 por cento aprovado no artigo terceiro da proposta ainda em exame perdeu seu efeito. Em consequência disso, as escolas não podem cobrar de seus usuários esse índice."

Sindicato: Tudo menos conversão

Qualquer medida que o Governo proponha para reajustar as mensalidades escolares é melhor do que o uso da tabela de conversão; esta inviabiliza a escola.

A afirmação é do Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Município do Rio, Paulo Sampaio, que convocou para hoje uma reunião da diretoria para avaliar a possibilidade das mensalidades escolares serem reajustadas em 52 por cento — índice que corresponde à média dos aumentos dos professores nos últimos seis meses.

Ainda não tenho elementos para dizer se um reajuste nesse valor causará danos irreversíveis às escolas ou apenas significará a cota de sacrifício que todos nós teremos de pagar — disse Paulo Sampaio.

Ele não tem dúvidas, contudo, de que a medida implicará uma diminuição de custos administrativos nas escolas:

Quando falo em cortes refiro-me ao uso de material e dos próprios equipamentos das escolas. Em hipótese alguma estou falando em demissões.